



SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
Autarquia Municipal - Lei de criação N° 792 de 30-03-1967
CNPJ: 27.998.368/0001-47 e IE 082.176.73-6

EDITAL
Tomada de Preços N° 000008/2016

Edital

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS N°.000008/2016
PEDIDO DE COMPRAS SIMPLES N°. 000131/2016

PROCESSO N°. 000086/2016

O Serviço Autônomo de Água e Esgoto, através da Comissão Permanente de Licitação, designada pela Portaria SAAE 001/2015, com sede à Avenida João XXIII, 2204, Centro - São Mateus - ES, neste Edital denominado simplesmente SAAE torna público, para conhecimento dos interessados que, de acordo com a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações e LC 123/2006, fará realizar TOMADA DE PREÇOS, do tipo menor preço, objetivando a do tipo menor preço global, objetivando a contratação de empresa especializada, sob o regime de empreitada, com material e mão-de-obra, destinada a perfuração de 01 (um) poço artesiano na localidade de Paulista na cidade de São Mateus, conforme discriminado no Anexo 1 - Projeto Básico, que faz parte integrante deste Edital, para todos os efeitos.

TERMO DE REFERÊNCIA:

Modalidade:	Tomada de Preços.
Legislação:	Lei 8.666/1993 e alterações.
Tipo de Licitação:	Menor Preço.
Critério de Julgamento:	Menor Preço global.
Seção Interessada:	Atendimento ao Interior.
Validade da Proposta:	60 dias, da data de abertura dos envelopes.
Data e hora de abertura:	28 de março de 2016, às 09:00.
Local de realização:	Avenida João XXIII, 2204, Centro - São Mateus - ES.
Esclarecimentos:	No endereço acima, de 7:00h às 13:00 h.

1 - OBJETO:

1.1 - O objeto da presente Tomada de Preços é a contratação de empresa especializada, sob o regime de empreitada, com material e mão-de-obra, destinada a perfuração de 01 (um) poço artesiano na localidade de Paulista na cidade de São Mateus, conforme especificações e condições constantes do Anexo 1 - Projeto Básico, que integra o presente edital para todos os fins.

1.2 - Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes da presente licitação correrão na Dotação 00042 - OBRAS E INSTALAÇÕES (2000200010.1760501343.699.44905100000.20000000) , do Orçamento do SAAE para o exercício de 2016.

2 - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1 - Não será admitida nesta licitação a participação de empresas:



- 2.1.1 - Que estejam com o direito de licitar e contratar com a Administração Pública suspensos ou por esta tenham sido declaradas inidôneas;
- 2.1.2 - Que estejam reunidas em consórcio e sejam controladas, coligadas ou subsidiárias entre si, qualquer que seja a sua forma de constituição;
- 2.1.3 - Concorratárias ou em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;
- 2.1.4 - Estrangeiras que não funcionam no país.
- 2.2 - As empresas candidatas à Tomada de Preços deverão satisfazer às condições expressas no presente edital, seus anexos e legislação pertinente.

3 - DO RECEBIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA

3.1 - Os licitantes deverão entregar no dia e local definido no preâmbulo deste Edital, ao Presidente da Comissão de Licitação do SAAE, sua documentação e sua proposta em dois envelopes opacos, indevassáveis, rubricados, contendo na parte exterior os seguintes dizeres:

ENVELOPE HABILITAÇÃO Nº 1:

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
Avenida João XXIII, nº 2.204 - Bairro Centro.
Razão Social completa
Ref. Tomada de Preços nº 000008/2016

ENVELOPE PROPOSTA COMERCIAL Nº 2:

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
Avenida João XXIII, nº 2.204 - Bairro Centro.
Razão Social completa
Ref. Tomada de Preços nº 000008/2016

4 - DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO - ENVELOPE Nº 1:

4.1 - Os documentos exigidos para habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia autenticada produzida por qualquer processo ou publicação em órgão da imprensa oficial, ou por cópia não autenticada, desde que sejam exibidos os originais para conferência das cópias que integrarão o processo, pela Comissão de Licitações. Não serão aceitas cópias ilegíveis, que não proporcionem condições de análise por parte da Comissão de Licitações.

4.1.1 - Habilitação Jurídica

a) Atos constitutivos em conformidade com o novo código civil: Requerimento de empresário, no caso de empresa individual, Estatuto ou Contrato Social e alterações em vigor, devidamente registrado, em se



- tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- b) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício;
 - c) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
 - d) Cópias das cédulas de identidade dos sócios, autenticadas em cartório ou pela Comissão Permanente de Licitação do SAAE;

4.1.2 - Regularidade Fiscal

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) atualizado ;
- b) Certidão de regularidade expedida pela Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante
- c) Alvará de localização e funcionamento, relativo ao domicílio ou sede da LICITANTE, pertinente ao ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- d) Certidão de regularidade expedida pela Fazenda Estadual;
- e) Certidão de regularidade quanto à Dívida Ativa da União expedida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e Receita Federal do Brasil, conforme Decreto Federal nº 5586/05;
- f) Prova de Regularidade perante o Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS;
- g) Prova de Regularidade de Situação perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS.
- h) CND Trabalhista.

4.1.3 - Qualificação econômico-financeira:

- a) Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da Lei, que comprovem a boa situação financeira do proponente, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios;
- b) Apresentação da Demonstração do Resultado do Exercício;
- c) Os documentos dos itens "a" e "b" deverão conter as assinaturas dos sócios e do contador responsável, com os respectivos termos de abertura e encerramento, registrados na Junta Comercial ou Cartório de Registros;
- d) Certidão Negativa de Falência ou Concordata ou de Execução Patrimonial expedida pelo (s) Cartório (s) Distribuidor (es) da sede ou domicílio da licitante, expedida até 60 dias da data da abertura do envelope de habilitação;
- e) Fica obrigado o licitante ou contador apresentar os cálculos dos índices de liquidez previamente extraídos das demonstrações contábeis, visto que serão aferidos pelo SAAE para confirmar a boa situação financeira.

Os Indicativos para comprovação da boa situação financeira:

- I.1 - Índice de Liquidez Corrente - LC igual ou superior a 1,00
- I.2 - Índice de Liquidez Geral - LG igual ou superior a 1,00
- I.3 - Índice de Solvência Geral - SG igual ou superior a 1,00

4.1.4 - Relativos à Capacidade Técnica



- a) Declarar, sob as penalidades cabíveis, a superveniência de fato impeditivo da habilitação, conforme anexo 2.
- b) Declaração em cumprimento a Lei 9.854, de 27/01/1999, sancionada pelo Presidente da República, conforme anexo 4.
- c) CRC - Certificado de Registro Cadastral, emitido pelo setor de compras do SAAE de São Mateus no prazo estabelecido na lei.
- d) Comprovação da empresa licitante de possuir em seu quadro permanente na data prevista para apresentação da proposta, profissional de nível superior, legalmente habilitado e reconhecido pelo CREA competente.
- e) Comprovação do vínculo empregatício com a licitante. Poderá ser efetuada por intermédio do Contrato Social, se sócio ou da Carteira de Trabalho ou Contrato de Trabalho ou pela
- f) Certidão de Registro da licitante no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA, se nela constar o nome do profissional indicado.
- g) Certidão de Acervo Técnico do profissional semelhante ao objeto licitado.
- h) Apresentar no ato da assinatura do Contrato comprovação de Adesão ao Sistema de Emissão de Nota Fiscal Eletrônica, como condição indispensável para entrega dos produtos.

OBS.: Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação deverão observar o seguinte:

- * Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;
- * Se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial;
- * Se a licitante for a matriz e a prestadora dos serviços/fornecedora for a filial, todos os documentos deverão ser apresentados em nome da matriz e da filial;
- * Serão dispensados da filial aqueles documentos que, por sua própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

Observação: A condição de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, para efeito do tratamento diferenciado previsto na lei complementar 123/2006, deverá ser comprovada mediante apresentação da seguinte documentação:

- a) Quando optante pelo SIMPLES nacional: comprovante da opção pelo SIMPLES obtido no site da Secretaria da Receita Federal;
 - b) Quando não optante pelo SIMPLES nacional: declaração de Imposto de Renda ou Balanço Patrimonial e demonstração do resultado do exercício - DRE, comprovando ter receita bruta dentro dos limites estabelecidos nos incisos I e II, do artigo 3º, da Lei Complementar nº 123/06, ou comprovação expedida pela Junta Comercial.
- * A participação nas condições previstas nesta alínea, implica no reconhecimento de não se encontrar em nenhuma das situações previstas no parágrafo quarto, do art. 3º, da Lei Complementar nº 123/06.

1. As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, conforme art. 43 da LC 123/06.

2. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado, as mesmas, o prazo de 2 dias cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis automaticamente por igual período, a critério da Administração Pública, para a



regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

3. A não-regularização da documentação, no prazo previsto no item 2., implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei 8666/93, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura da ordem de fornecimento, ou revogar a licitação.

5 - PROPOSTA - ENVELOPE N° 2:

5.1 - A proposta comercial elaborada em conformidade com as condições indicadas neste Edital, com todas as suas folhas numeradas e rubricadas, deverão apresentar os seguintes elementos:

a) Nos preços unitários e totais de cada serviço orçado, deverão estar incluídos:

- 1 - Materiais;
- 2 - Mão-de-obra especializada ou não;
- 3 - Transporte em geral;
- 4 - Seguros em geral;
- 5 - Equipamentos de segurança;
- 6 - Equipamentos e ferramentas necessários;
- 7 - Encargos sociais, fiscais, comerciais e tributos de quaisquer naturezas, resultantes da execução do Contrato;
- 8 - Responsabilidade pelos danos causados diretamente ao SAAE ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato;
- 9 - Taxas do CREA, Meio Ambiente e demais encargos legais;
- 10 - Fornecimento de água;
- 11 - Demais encargos legais.

b) O Prazo de execução das Obras e Serviços não poderá ser superior a 60 dias contados da assinatura do contrato;

c) Os serviços de perfuração, instalação, realização de teste de vazão, para poço tubular profundo na Localidade da Paulista no município de São Mateus - ES.

d) Validade da proposta 60 dias consecutivos, contados da abertura das propostas;

e) Proposta Comercial, digitada, devidamente datada e assinada, sem emendas, rasuras ou entrelinhas que venham a ensejar dúvidas, reconhecendo a plena aceitação e aplicação das normas e critérios deste Edital, juntamente a proposta enviar a planilha(proposta) em meio digital, gravado em mídia de CD, para cadastro no GEO OBRAS.

f) O valor total da planilha detalhada é de R\$ 85.788,73 (oitenta e cinco mil, setecentos e oitenta e oito reais e setenta e três centavos), sendo este o valor máximo a ser praticado pelos licitantes. O julgamento obedecerá as exigências do valor global.

g) O fornecimento de água e o pagamento das taxas do CREA serão de responsabilidade da perfuradora vencedora deste certame.

h) A execução dos serviços a cargo da licitante vencedora deverá obedecer ao preceituado nas presentes especificações deste edital e seus anexos, bem como deverá atender às normas legais e regulamentares de caráter Federal, Estadual ou Municipal que estejam em vigor ou venham a ser emitidas, relacionadas com os serviços objeto do Contrato, ou que, direta ou indiretamente afetem o ajuste formalizado no Contrato.

i) A licitante deverá promover a "Anotação de Responsabilidade Técnica (ART)" no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA), relativa aos serviços do objeto, encaminhando cópia ao SAAE antes do início desses, bem como comprovar junto à Fiscalização os aditamentos contratuais e demais casos previstos nas Resoluções do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CONFEA).



- j) Nos preços cotados deverão estar incluídos todos os custos com fornecimento ou locação de equipamentos e materiais (tubos de limpeza, cabos elétricos, cabo de aço, compressor, gerador, dimensionamento de conjunto moto-bomba próprio e compatível com as vazões esperada, medidor de vazão tipo turbina ou similar acoplado a sistema eletrônico de visualização instantânea da vazão, acessórios e conexões) necessários aos serviços.
- k) Os materiais utilizados deverão ser de primeira qualidade, com marca conceituada no mercado.
- l) Só serão aceitos Tubos e Conexões cujo fabricante possua Atestado de Qualificação do PGQ1-IE - Categoria I - Programa de Garantia da Qualidade de Tubulações de PVC para infra-estrutura e Prediais, conforme Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat (PBQP-H), da Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano da Presidência da República. Deverá ser apresentado o atestado competente ou equivalente.
- m) Proposta Comercial, digitada, devidamente datada e assinada, sem emendas, rasuras ou entrelinhas que venham a ensejar dúvidas, reconhecendo a plena aceitação e aplicação das normas e critérios deste Edital.

6 - DOS PROCEDIMENTOS

A presente licitação será processada e julgada com observância dos seguintes procedimentos:

- 6.1 - Recebimento dos envelopes, com chamada das empresas e anotações na ata dos representantes dos licitantes presentes;
- 6.2 - Os documentos constantes do envelope "HABILITAÇÃO", serão rubricados por todos os presentes e pelos Membros da Comissão de Licitação, permitindo-se aos interessados o exame dos mesmos no local.
- 6.3 - O resultado da "HABILITAÇÃO" será comunicado a todos, após o encerramento dessa primeira fase dos trabalhos, o que poderá ocorrer por comunicação direta ou na mesma data da abertura dos respectivos envelopes.
- 6.4 - O envelope "PROPOSTA COMERCIAL" da empresa inabilitada será devolvido ao respectivo proponente, fechado, desde que decorrido o prazo legal, ou não tenha havido recurso, ou após denegação deste.
- 6.5 - Havendo renúncia expressa de todos a qualquer recurso contra o julgamento da "HABILITAÇÃO", os envelopes "PROPOSTA COMERCIAL" das empresas habilitadas serão abertos imediatamente após encerrados os procedimentos relativos àquela fase, caso contrário, a Comissão de Licitação marcará nova data para sua abertura.
- 6.6 - A abertura dos envelopes será realizada no local definido neste Edital, sendo lavrada Ata circunstanciada, assinada pelos presentes e pelos membros da Comissão, ficando todos os documentos à disposição dos interessados para exame.
- 6.7 - É facultada a CPL, em qualquer fase desta Licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, não sendo aceito inclusão de qualquer documento ou informação após a hora prevista para recebimento dos envelopes.
- 6.8 - Qualquer empresa, por seu representante legal, poderá fazer constar em ata seus reclames, ficando a critério dos membros da Comissão considerá-lo ou não, não possuindo efeito de recurso, que tem seu próprio procedimento.
- 6.9 - Ocorrendo à desclassificação de todos ou a inabilitação de todas as propostas a Administração poderá fixar o prazo de 8 (oito) dias úteis para a apresentação de nova documentação ou de outras propostas.

7 - AVALIAÇÃO, JULGAMENTO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS:



7.1 - O julgamento desta licitação será feito pelo critério de menor preço por item.

7.2 - Serão desclassificadas as propostas que:

- a) Não atenderem às disposições contidas neste edital;
- b) Apresentarem preços simbólicos, irrisórios ou incompatíveis com os preços de mercado;
- c) Apresentarem vantagens baseadas nas ofertas dos demais participantes.
- d) Contiverem omissões, rasuras, entrelinha ou forem ilegíveis;
- f) Quando se basearem em propostas de outros licitantes;

7.3 - Em caso de empate entre dois ou mais proponentes, e após obedecido o disposto no parágrafo 2º do artigo 3º da Lei 8666/93 e alterações, a classificação se fará, obrigatoriamente, por sorteio, em ato público, para o qual todos serão convocados, vetado qualquer outro processo.

7.4 - A Comissão Permanente de Licitação examinará as propostas para verificar se estão completas, se não ocorreram quaisquer erros na sua elaboração, e se os documentos foram adequadamente assinados.

7.5 - Erros aritméticos serão retificados de acordo com a seguinte base: se houver discrepância entre valores propostos, prevalecerá o montante por extenso. Se o proponente não aceitar a correção do erro, sua proposta será rejeitada.

7.6 - A Comissão Permanente de Licitação lavrará ata dos trabalhos, apontando os fundamentos das desclassificações e da seleção efetuada.

7.7 - Não serão levadas em consideração vantagens não previstas neste Edital, nem ofertas de redução sobre a proposta que melhor atenda aos interesses da Administração Pública;

7,8 - As prerrogativas das ME ou EPP conforme artigos 44 e seguintes da Lei Complementar 123/06.

8 - DOS RECURSOS

I - Recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, nos casos de:

- a) habilitação ou inabilitação;
- b) julgamento das propostas;
- c) anulação ou revogação da licitação;
- d) aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa.

II - Representação no prazo de 5 (cinco) dias úteis da intimação da decisão relacionada com o objeto da licitação, que não caiba recurso hierárquico;

III - Pedido de reconsideração de decisão do Diretor Geral do SAAE, da Declaração de Inidoneidade, no prazo de dez dias da intimação do ato.

8.1 - O recurso previsto nas alíneas "a" e "b" do inciso I do item 8, terá efeito suspensivo, podendo ao Diretor Geral do SAAE motivadamente e presentes razões de interesse público, atribuir eficácia suspensiva aos demais.

8.2 - Interpostos os recursos serão comunicados aos demais participantes, que poderão impugná-los no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

8.3 - O recurso será dirigido ao Diretor Geral do SAAE por intermédio da CPL, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou nesse mesmo prazo, fazê-lo, devidamente informado, devendo neste caso a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco)



recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.

9 - DO PRAZO E CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DO CONTRATO E RETIRADA DO EMPENHO

9.1 - Homologada a decisão e após decorrido o prazo para interposição dos recursos e suas respectivas decisões, a Administração convocará no prazo de 05 dias o interessado para assinar o contrato/retirada de empenho, caso não cumpra, a administração fará uso das sanções previstas no artigo 81 da Lei 8666/93 e suas alterações.

9.2 - Caso não compareça devidamente munido da documentação para assinatura do contrato e retirar o empenho, poderão ser aplicadas às penalidades previstas neste edital e seus anexos, quais sejam: multa de 20% sobre o valor do contrato estabelecido em sua proposta e, ainda, a suspensão para contratar com a Administração ou declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública Municipal, nos termos do art. 87 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

9.3 - A Administração poderá prorrogar o prazo acima estipulado, por igual período, nos termos do art. 64, parágrafo 1º da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

10 - DA GARANTIA CONTRATUAL

10.1 - No ato da assinatura do contrato será exigida do licitante vencedor a prestação de garantia contratual correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do Contrato, a título de assegurar a execução das obrigações pactuadas no Anexo I - Projeto Básico desta Tomada de Preços, em uma das seguintes modalidades:

- a) Caução em dinheiro;
- b) Títulos da dívida pública,
- c) Fiança bancária,
- d) Seguro garantia.

10.2 - Em se tratando de garantia prestada por caução em dinheiro, recolhida na CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, em conta específica em favor do SAAE, referenciada à licitação a que corresponde, a mesma será devolvida atualizada monetariamente, nos termos do § 4º do art. 56 da Lei n.º 8.666/93 e alterações.

10.3 - A garantia prestada pelo licitante vencedor somente será liberada depois de certificado pelo SAAE, que o objeto desta licitação foi totalmente realizado a contento .

10.4 - A liberação da garantia será procedida no prazo de até 10 (dez) dias contados do recebimento do pedido formulado, por escrito, pela CONTRATADA.

10.5 - A garantia contratual deverá ser retirada neste SAAE, sempre mediante solicitação escrita, após o término das obrigações contratuais e o aceite definitivo do objeto de licitação.

10.6 - Sem prejuízo das sanções previstas na Lei e neste edital, a não prestação da garantia contratual exigida será considerada recusa injusta em assinar o contrato e /ou retirar a Nota de Empenho, implicando na imediata anulação da Nota de Empenho emitida.

11 - DAS MULTAS E PENALIDADES

11.1 - A inexecução total ou parcial do contrato e eventuais atrasos importará na aplicação das sanções estabelecidas nos termos do artigo 87, da Lei 8666/93 e suas alterações:

- a) Advertência;



- b) Multa de 20% pelo descumprimento das cláusulas contratuais, calculado sobre o valor total do Contrato;
- c) Suspensão para contratar com a Administração;
- d) Declaração de inidoneidade para contratar com toda a Administração.

11.2 - Multas referente as letras "b" do item anterior, será descontada na nota fiscal fatura, quando do pagamento.

12 - DA EXECUÇÃO DAS OBRAS E SERVIÇOS

As obras e serviços, objeto desta solicitação, deverão ser executadas no local fixado no Anexo 1 - Projeto Básico, às expensas do contratado, dentro do prazo mencionado em sua proposta, na localidade de Paulista.

12.1 A execução das Obras e Serviços em desconformidade com o especificado, caso não seja possível à correção, sujeitará a aplicação das sanções legais cabíveis.

12.2 Os prazos de início de execução, de conclusão e de entrega admitem prorrogação, mantidas as demais cláusulas do Contrato e assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra algum dos motivos enumerados no Art. 57, parágrafo 1º da Lei 8.666/93 e alterações.

12.3 Deverá ser feita a limpeza permanente da obra, remoção dos entulhos e as sobras dos materiais, ficando o local da intervenção completamente livre e desimpedido de todos os resíduos das construções.

12.4 Deverão ser instalados tapumes e/ou proteções evitando ao máximo transtorno (barulhos, odores, poeira e trânsito de funcionários) nos locais onde serão executadas as obras.

12.5 Construção e Instalação de poços tubulares profundos, deverá obedecer:

a) Os serviços consistem na perfuração de 01 (Um) poço artesiano incluindo a elaboração de projeto dos poços e acompanhamento geológico, com todos os materiais/equipamentos e demais recursos necessários a serem fornecidos pela CONTRATADA.

b) A sonda deverá ser do tipo rotativa e ter a capacidade de perfurar até 200 metros da superfície até a profundidade final, com diâmetro do furo de 12 1/4".



c) Os poços tubulares profundos deverão ter as seguintes características:

c1) Cimentação do espaço anular, até a profundidade definida pelo acompanhamento geológico e, eventualmente, um ou mais intervalos, para isolar os aquíferos contaminados;

c2) Instalação de pré-filtro de areia lavada com granulometria de 2 a 4 mm;

c3) Instalação de tubo de PVC mm para recarga do pré-filtro;

c4) Instalação de tubos de PVC geomecânico tipo DN 154 Standard(6") reforçado de fabricação de 1ª linha;

c5) Instalação de tubo-filtro de PVC geomecânico tipo DN 154 Standard(6") reforçado, com ranhuras de 0,75 mm, em no mínimo 40% da seção perfurada de fabricação de 1ª linha;;

c6) Instalação de centralizadores 12 1/4" x 6" a cada 4 metros;

c7) Instalação de laje de proteção (1,0 x 1,0 x 0,20m), tubo protetor de ferro (0,7m x 8") e tampas dos poços;

c8) Instalação de coluna de PVC 3/4" até 1 m antes do crivo do conjunto moto-bomba, para medição de nível dinâmico;

c9) Instalação de conectores para cabo auto-isolante na tampa do poço;

d) O fluido para perfuração em sedimentos arenosos deverá ser à base de polímeros orgânicos tipo CMC 2000, com controle de suas características geológicas.

e) A CONTRATADA deverá coletar amostras de sedimentos a cada metro perfurado para efetuar a análise litológica, e anotação do tempo de perfuração a cada metro.

f) O teste/ensaio de vazão do poço, deverão seguir os seguintes procedimentos:

f1) Deverá ser do tipo Escalonado, a ser feito em 3(três) etapas, com vazões constantes, a cada etapa, a serem definidas pelo SAAE ao final do pré-teste de vazão bruta.

f2) Pré-Teste e Calibragem do Equipamento

Para realização do Pré-teste o conjunto moto-bomba deverá ser instalado na



profundidade equivalente a 75-80% da profundidade do poço tubular para realização do bombeamento, de tal modo que se tenha o maior rebaixamento possível (para o crivo considerado) e o máximo volume explotável. O máximo volume explotável deverá ser obtido com bombeamento pelo período de 3 hora, no mínimo, com a utilização de conjunto moto-bomba próprio e compatível com a máxima vazão possível x crivo (a ser utilizada na 3ª fase). Igualmente, serão definidas, em função do Pré-Teste, as 03(três) vazões de exploração do teste de bombeamento escalonado.

g) Ensaio de Vazão Escalonado:

g1) 1ª Fase: Vazão de 15 a 25% da vazão máxima do pré-teste.

- O bombeamento à vazão constante deverá ter duração de 1,0 hora, após o nível de estabilização do nível dinâmico.

- O tempo de recuperação deverá ser o necessário para que o ND

(Nível Dinâmico) atinja 80%.

g2) 2ª Fase: Vazão de 50% da vazão máxima do pré-teste.

- O bombeamento à vazão constante deverá ter duração de 2,0 horas, após o nível de estabilização do nível dinâmico.

- O tempo de recuperação deverá ser o necessário para que o ND

(Nível Dinâmico) atinja 80% do NE(Nível Estático) inicial, no mínimo.

g3) 3ª Fase: Vazão máxima do pré-teste.

- O bombeamento à vazão constante deverá ter duração mínima de 18

Horas, ou então, 3,0 horas após a estabilização no nível dinâmico.

- O tempo de recuperação deverá ser o necessário para que o ND

(Nível Dinâmico) atinja 80% do NE(Nível Estático) inicial, no mínimo.

G3.1) Em todas as etapas dos testes de bombeamento, deverão haver registros em planilhas do tempo de recuperação.

G3.2) As planilhas de registros dos tempos de rebaixamento e recuperação do poço,



deverão ser definidas pela Contratante.

g4) A precisão nominal do hidrômetro de turbina ou similar, a ser utilizado no teste de vazão deverá ser controlada com sistema digital de leitura direta ao décimo de m³, com intervalos de 0,1 m³. A medição do rebaixamento da coluna d'água deverá ser feita com medidor de profundidade do tipo elétrico-sonoro.

H) Após a conclusão do poço a Contratada deverá emitir o Relatório Técnico, com mapas de espessura de aquíferos, vazões mínimas e máximas, teste de vazão, resultado da Análise de Qualidade da Água emitida pelo órgão competente, Gráfico de Tempo de Penetração, Curva Característica do poço, Especificação de fluídos de perfuração e de limpeza, Nível Estático Dinâmico.

O relatório deverá ser devidamente encadernado em 1 (uma) via, assinado, acompanhado de meio magnético (CD) no formato .pdf/Acrobat. Os mapas e plantas deverão estar em formato DWG ou DGN.

I) A construção e instalação do poço deverá ser feito de acordo com as normas da ABNT (NBR 12212, NBR 12244 e outras) e a Lei Estadual do Espírito Santo n° 6.295, de 26/07/2000, que dispões sobre a administração, proteção e conservação das águas subterrâneas do domínio do estado.

J) Elaboração do relatório técnico da perfuração do poço:

J1) Ao final dos serviços deverá ser elaborado e entregue ao SAAE completo Relatório Técnico dos serviços realizados, descrevendo-se a metodologia de execução, compreendendo a perfuração, revestimento, limpeza, desenvolvimento, teste de vazão, bem como apresentação descrição litológica dos sedimentos, ficha de cadastramento do poço, perfil construtivo, análise físico-química e bacteriológica de qualidade da água, incluindo também: nome do proprietário, localização do poço (local, sítio, rua, fazenda, município, estado), coordenadas (UTM) e nome, número de registro profissional e assinatura do profissional habilitado;

J2) O relatório deverá ser devidamente encadernado em 1 (uma) via, assinado, acompanhado de meio magnético (CD) no formato .pdf/Acrobat. Os mapas e plantas deverão estar em formato DWG ou DGN.

K) Elaboração do relatório técnico do teste de vazão do poço:

K1) Deverá ser elaborado e entregue ao SAAE relatório do teste de vazão realizado no



poço, no qual deverá estar integrado o cronograma dos ensaios de campo, constando os indicadores hídricos (nível estático, nível dinâmico e vazões correspondentes), data de início e término de cada etapa do ensaio, tempos de rebaixamento e de recuperação (em minutos), descrição dos equipamentos e materiais utilizados, documentação fotográfica dos equipamentos e serviços e metodologia de execução, gráfico dos ensaios de vazão, incluindo a equação, curva característica do poço e vazão recomendadas, incluindo-se também: nome do proprietário, localização do poço (local, sítio, rua, fazenda, município, estado), coordenadas (UTM), nome, número de registro profissional e assinatura do profissional habilitado.

K2)O relatório deverá ser devidamente encadernado em 1 (uma) via, assinado, acompanhado de meio magnético (CD) no formato .pdf/Acrobat. Os mapas e plantas deverão estar em formato DWG ou DGN.

13 - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO DA LICITAÇÃO

13.1 - O objeto deverá ser entregue imediatamente, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados a partir do recebimento da ordem de fornecimento, diretamente na localidade da Paulista - São Mateus - ES, em lugar a ser indicado pelo SAAE.

13.2 - SAAE reserva-se o direito de não receber o objeto caso esteja em desacordo com o previsto neste instrumento convocatório.

13.3 - A empresa vencedora é obrigada a substituir, de imediato e as suas expensas, o material e refazer o serviço, se for verificada irregularidade.

12 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

12.1 - O pagamento será efetuado mediante a apresentação da Nota Fiscal/Fatura, em 2 (duas) vias, por ordem bancária, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da apresentação da mesma e após o "certifico" da autoridade competente e recebimento definitivo da obra, assim como pelo fiscal do contrato, de que a obra foi aceita.

12.2 - Se a Nota Fiscal/Fatura apresentar incorreções será devolvida e o prazo para pagamento será contado a partir da data de sua reapresentação.

12.3 - A liquidação das despesas obedecerá rigorosamente o estabelecido na Lei nº 4.320/64.

12.4 - Compensações financeiras e penalizações por eventuais atrasos e descontos por eventuais antecipação de pagamento.

12.5 - Os preços cotados serão fixos e irrevogáveis.

13 - REAJUSTAMENTO DE PREÇOS



13.1 - O Contrato poderá sofrer reajuste a cada 12 meses de sua execução utilizando-se para tanto o IGP-M/FGV ou outro índice equivalente.

14 - DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 - O presente Edital, recursos e repostas dos recursos apresentados, poderão ser obtidos no site www.saaesma.com.br.

14.2 - Qualquer pedido de esclarecimento deverá ser feito, por escrito, diretamente à Comissão Permanente de Licitação, no local e horário, até o final do prazo para a entrega da documentação e proposta.

14.3 - Serão rejeitadas as propostas que não atenderem a todas as condições deste Edital, quer por omissão, quer por discordância, ou que apresentarem rasuras, emendas, borrões ou entrelinhas em suas partes essenciais, de modo a ensejar dúvidas.

14.4 - A Contratante se reserva o direito de aumentar ou diminuir o objeto da presente licitação, até o limite de 25% (vinte cinco por cento), de acordo com o § 1º do art. 65, da Lei nº 8.666/93, servindo de base de cálculo os preços unitários da proposta.

14.5 - O Serviço Autônomo de Água e Esgoto - SAAE se reserva o direito de **revogar** ou **anular** a presente Licitação, nos casos previstos em Lei, observado o disposto no art. 49 da Lei nº 8.666/93.

14.6 - Decairá do direito de impugnar os termos do presente Edital aquele que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes.

14.7 - A Comissão Permanente de Licitação do Serviço Autônomo de Água e Esgoto - SAAE, julgará e classificará as propostas apresentadas, encaminhando o processo para homologação do Diretor Geral do SAAE.

14.8 - Quem quiser se fazer representar deverá apresentar Carta Credencial ou qualquer instrumento de mandato do indicado representante legal para fins da Licitação, acompanhado do Contrato Social ou similar, sem o que não poderá intervir em favor da representada, conforme anexo 3 e cópia autenticada do RG.

14.9 - A CPL solicita aos interessados o comparecimento às reuniões a fim de agilizar os trabalhos.

14.10 - Não serão levados em consideração pelo SAAE tanto na fase de classificação, como na fase posterior à adjudicação quaisquer consultas, pleitos ou reclamações, que não tenham sido formulados por escrito e devidamente protocolados. Em hipótese alguma serão aceitos entendimentos verbais entre as partes.

14.11 - Caso as datas previstas para realização desta TOMADA DE PREÇOS sejam declaradas feriado ou ponto facultativo e não havendo retificação de convocação, será realizada no primeiro dia útil subsequente, no mesmo local e hora prevista.

14.12 - Expirado o horário fixado para entrega dos envelopes, nenhum outro documento será aceito pela Comissão.

14.13 - A rescisão das obrigações decorrentes da presente Tomada de Preços, se processará de acordo com o que estabelece os artigos 77, 78 e 79 da Lei 8.666/93.



SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
Autarquia Municipal - Lei de criação N° 792 de 30-03-1967
CNPJ: 27.998.368/0001-47 e IE 082.176.73-6

14.14 - Para dirimir controvérsias decorrentes deste certame o Foro competente é o da Comarca de São Mateus - Estado do Espírito Santo, excluindo qualquer outro por mais especial que seja. O licitante fica obrigado a atender a todas as exigências do gestor do contrato referentes ao cumprimento da legislação brasileira vigente;

14.15 - Os casos omissos serão submetidos a parecer da assessoria jurídica do SAAE.

Fazem parte do presente Edital:

- 1 Anexo 1 - Projeto Básico
- 2 Anexo 2 - Modelo de Declaração de Superveniência.
- 3 Anexo 3 - Modelo de Carta Credencial.
- 4 Anexo 4 - Modelo de Declaração em cumprimento a Lei 9854/99.
- 5 Anexo 5 - Minuta de Contrato.
- 6 Anexo 6 - Termo de Ajuste de Conduta
- 7 Anexo 7 - Cronograma Físico-Financeiro
- 8 Anexo 8 - . Recibo de Edital.
- 9 Anexo 9 - Planilha de Custo

São Mateus - ES, 08 de março de 2016.

Seleste de Araujo Zancanella
Presidente

Jadir Alves dos Santos
Secretário

Luiz Cláudio Pinheiro Barcelos
Membro

José Roberto Castro Gomes
Membro



SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
Autarquia Municipal - Lei de criação N° 792 de 30-03-1967
CNPJ: 27.998.368/0001-47 e IE 082.176.73-6

ANEXO I - PROJETO BÁSICO

Ítem	Lote	Código	Especificação	Marca	Unidade	Quantidade	Unitário	Valor Total
00001		00000560	MOBILIZACAO / DESMOBILIZACAO DE EQUIPAMENTOS		UN	1,000	0,00	0,00
00002		00001075	PERFURACAO E COMPLEMENTEACAO 00 A 140 METROS - 12 1/4"		MT	140,000	0,00	0,00
00003		00011455	REVESTIMENTO GEO MECANICO REFORCADO STD 154MM X 04M.		PCA	23,000	0,00	0,00
00004		00011423	FILTRO REFORCADO REVESTIMENTO GEO STD 154MM X 04 M		PCA	12,000	0,00	0,00
00005		00006094	CAP GEO STD 154 MM REFORCADO FEMEA.		PCA	1,000	0,00	0,00
00006		00006095	CAP GEO STD 154 MM REFORCADO MACHO.		PCA	1,000	0,00	0,00
00007		00010586	GEOPLUS - VISCOSIFICANTE DE ALTO RENDIMENTO EM EMULSAO A BASE DE POLIMERO SINTETICO		KG	52,000	0,00	0,00
00008		00010579	BENTONITA - ARGILA EXPANSIVA COM RETARDO DE INCHAMENTO, NAO TOXICA, AGENTE SELANTE E impermeabilizante para selamento de pocos tubulares		KG	135,000	0,00	0,00
00009		00010588	HEXA T - FLUIDO DE PERFURACAO DE LIMPEZA		KG	30,000	0,00	0,00
00010		00010589	CELUTROL - LUBRIFICANTE CMC (SOLIDO CARBOXIMETILCELULOSE) PARA FLUIDOS DE PERFURACAO		KG	21,000	0,00	0,00
00011		00010590	TUBO PN 80 IRRIGACAO 50 MM 2"		MT	90,000	0,00	0,00
00012		00011425	CIMENTO CP II E 32 50KG		SC	4,000	0,00	0,00
00013		00011426	AREIA LAVADA PENEIRADA		M ³	18,000	0,00	0,00
00014		00011427	TUBO COLETOR PN 125 DE IRRIGACAO DEFOFO 400 MM		MT	12,000	0,00	0,00
00015		00010581	CENTRALIZADOR 154MM		PCA	28,000	0,00	0,00
00016		00001035	CANTEIRO DE SERVICO E INSTALACAO DA PERFURATRIZ		UN	1,000	0,00	0,00
00017		00010592	LAJE DE PROTECAO SANITARIA E CIMENTACAO		UN	1,000	0,00	0,00
00018		00000565	ANALISE SEDIMENTOLOGICA AMOSTRAS METRO A METRO, TESTE BOMBEAMENTO ESCALOANDO 3 ETAPAS, calculo da curva caracteristica, perfil construtivo e perfil de tempo de perfuracao, vazoes recomendada e maxima explotavel, definicao dos niveis estatico e dinamico, especificacao de fluidos de perfuracao e meio ambiente e analise fisico-quimica bacteriologica da agua		UN	1,000	0,00	0,00



ANEXO II

ANEXO 2 - MODELO

TOMADA DE PREÇOS N° 000008 / 2016

LOCAL E DATA

A

_____ (NOME DO ÓRGÃO) _____

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

DECLARAÇÃO

A empresa _____ (Nome da Empresa) _____, estabelecida à _____ (Endereço Completo) _____, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o n° _____, declara sob as penalidades cabíveis a inexistência de fato superveniente impeditivo a sua participação na Tomada de Preços n° ____/____.

(nome e identificação do representante legal)



ANEXO III

ANEXO 3

TOMADA DE PREÇOS 000008/ 2016

MODELO DE CARTA CREDENCIAL PARA O REPRESENTANTE

Proponente Local e Data

_____ (Nome do órgão)_____

Assunto:

O abaixo assinado, na qualidade de responsável legal pela empresa _____ vem, pela presente, informar a V.S.a., que o(s) Sr.(s) _____ carteira(s) de Identidade nº _____ é/são pessoas designada(s) por nós para acompanhar a TOMADA DE PREÇOS nº ____/____, podendo para tanto, impugnar, transigir, renunciar a recursos, requerer, assinar enfim o que preciso for para o fiel cumprimento do presente credenciamento.

Atenciosamente:

Nome(s) e assinatura(s) do(s) responsável(eis) legal(ais) pela proponente _____ (Nome da Proponente)_____.



ANEXO IV

ANEXO 4

MODELO DECLARAÇÃO EM CUMPRIMENTO A LEI 9854/1999

TOMADA DE PREÇOS 000008/ 2016.

A empresa _____(Nome da Empresa)_____, estabelecida à _____(Endereço Completo)_____, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, declara, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei 9854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho, noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

Local e data

Representante legal

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima).



ANEXO V

ANEXO 5

MINUTA DE CONTRATO

Contrato nº.....
Processo: 000086/2016
Tomada de Preços:000008/2016

**CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM SERVIÇO
AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO E A EMPRESA
....., PARA**

O SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO, doravante denominado CONTRATANTE, com sede na Avenida João XXIII, 2.204 - Bairro Boa Vista - São Mateus - ES, CNPJ nº 27. 998.368/0001-47, neste ato representado por seu Diretor Geral, Sr Luiz Carlos Sossai, CPF nº 658.525.677-87 e RG nº 467.361, residente e domiciliado nesta cidade, designada CONTRATADA, e a Empresa-----
----- inscrita no CNPJ sob o nº neste ato representada por _____, resolvem celebrar o presente contrato e sujeitando-se as partes às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e conforme os termos e condições do Anexo1-Projeto Básico e do edital de **Tomada de Preços 000008/2016**, que doravante fará parte deste contrato e cláusulas a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Do Objeto e do Prazo

1.1 - Contratação de empresa especializada, sob o regime de empreitada, com material e mão-de-obra, destinada a perfuração de 01 (um) poço artesiano na localidade da Paulista na cidade de São Mateus item (.....), valor unitário (.....) quantidade (.....) valor total do item (.....) destinado a Seção Atendimento ao Interior do SAAE de São Mateus - ES, com entrega de no máximo 60 (sessenta) dias após assinatura deste contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA - Das Condições da Execução da Obra

2.1 As obras e serviços, objeto desta solicitação, deverão ser executadas no local fixado no Anexo 1 - Projeto Básico, às expensas do contratado, dentro do prazo mencionado em sua proposta, na localidade de Paulista.

2.2 A execução das Obras e Serviços em desconformidade com o especificado, caso não seja possível à correção, sujeitará a aplicação das sanções legais cabíveis.

2.3 Os prazos de início de execução, de conclusão e de entrega admitem



prorrogação, mantidas as demais cláusulas do Contrato e assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra algum dos motivos enumerados no Art. 57, parágrafo 1º da Lei 8.666/93 e alterações.

2.4 Deverá ser feita a limpeza permanente da obra, remoção dos entulhos e as sobras dos materiais, ficando o local da intervenção completamente livre e desimpedido de todos os resíduos das construções.

2.5 Deverão ser instalados tapumes e/ou proteções evitando ao máximo transtorno (barulhos, odores, poeira e trânsito de funcionários) nos locais onde serão executadas as obras.

2.6 Construção e Instalação de poços tubulares profundos, deverá obedecer:

a) Os serviços consistem na perfuração de 01 (Um) poço artesiano incluindo a elaboração de projeto dos poços e acompanhamento geológico, com todos os materiais/equipamentos e demais recursos necessários a serem fornecidos pela CONTRATADA.

b) A sonda deverá ser do tipo rotativa e ter a capacidade de perfurar até 200 metros da superfície até a profundidade final, com diâmetro do furo de 12 1/4".

c) Os poços tubulares profundos deverão ter as seguintes características:

c1) Cimentação do espaço anular, até a profundidade definida pelo acompanhamento geológico e, eventualmente, um ou mais intervalos, para isolar os aquíferos contaminados;

c2) Instalação de pré-filtro de areia lavada com granulometria de 2 a 4 mm;

c3) Instalação de tubo de PVC mm para recarga do pré-filtro;

c4) Instalação de tubos de PVC geomecânico tipo DN 154 Standard(6") reforçado de fabricação de 1ª linha;

c5) Instalação de tubo-filtro de PVC geomecânico tipo DN 154 Standard(6") reforçado, com ranhuras de 0,75 mm, em no mínimo 40% da seção perfurada de fabricação de 1ª linha;;

c6) Instalação de centralizadores 12 1/4" x 6" a cada 4 metros;

c7) Instalação de laje de proteção (1,0 x 1,0 x 0,20m), tubo protetor de ferro (0,7m



x 8") e tampas dos poços;

c8) Instalação de coluna de PVC 3/4" até 1 m antes do crivo do conjunto moto-bomba, para medição de nível dinâmico;

c9) Instalação de conectores para cabo auto-isolante na tampa do poço;

d) O fluido para perfuração em sedimentos arenosos deverá ser à base de polímeros orgânicos tipo CMC 2000, com controle de suas características geológicas.

e) A CONTRATADA deverá coletar amostras de sedimentos a cada metro perfurado para efetuar a análise litológica, e anotação do tempo de perfuração a cada metro.

f) O teste/ensaio de vazão do poço, deverão seguir os seguintes procedimentos:

f1) Deverá ser do tipo Escalonado, a ser feito em 3(três) etapas, com vazões constantes, a cada etapa, a serem definidas pelo SAAE ao final do pré-teste de vazão bruta.

f2) Pré-Teste e Calibragem do Equipamento

Para realização do Pré-teste o conjunto moto-bomba deverá ser instalado na profundidade equivalente a 75-80% da profundidade do poço tubular para realização do bombeamento, de tal modo que se tenha o maior rebaixamento possível (para o crivo considerado) e o máximo volume explotável. O máximo volume explotável deverá ser obtido com bombeamento pelo período de 3 hora, no mínimo, com a utilização de conjunto moto-bomba próprio e compatível com a máxima vazão possível x crivo (a ser utilizada na 3ª fase). Igualmente, serão definidas, em função do Pré-Teste, as 03(três) vazões de exploração do teste de bombeamento escalonado.

g) Ensaio de Vazão Escalonado:

g1) 1ª Fase: Vazão de 15 a 25% da vazão máxima do pré-teste.

- O bombeamento à vazão constante deverá ter duração de 1,0 hora, após o nível de estabilização do nível dinâmico.

- O tempo de recuperação deverá ser o necessário para que o ND

(Nível Dinâmico) atinja 80%.





g2) 2ª Fase: Vazão de 50% da vazão máxima do pré-teste.

- O bombeamento à vazão constante deverá ter duração de 2,0 horas, após o nível de estabilização do nível dinâmico.

- O tempo de recuperação deverá ser o necessário para que o ND

(Nível Dinâmico) atinja 80% do NE(Nível Estático) inicial, no mínimo.

g3) 3ª Fase: Vazão máxima do pré-teste.

- O bombeamento à vazão constante deverá ter duração mínima de 18

Horas, ou então, 3,0 horas após a estabilização no nível dinâmico.

- O tempo de recuperação deverá ser o necessário para que o ND

(Nível Dinâmico) atinja 80% do NE(Nível Estático) inicial, no mínimo.

G3.1) Em todas as etapas dos testes de bombeamento, deverão haver registros em planilhas do tempo de recuperação.

G3.2) As planilhas de registros dos tempos de rebaixamento e recuperação do poço, deverão ser definidas pela Contratante.

g4) A precisão nominal do hidrômetro de turbina ou similar, a ser utilizado no teste de vazão deverá ser controlada com sistema digital de leitura direta ao décimo de m³, com intervalos de 0,1 m³. A medição do rebaixamento da coluna d'água deverá ser feita com medidor de profundidade do tipo elétrico-sonoro.

H) Após a conclusão do poço a Contratada deverá emitir o Relatório Técnico, com mapas de espessura de aquíferos, vazões mínimas e máximas, teste de vazão, resultado da Análise de Qualidade da Água emitida pelo órgão competente, Gráfico de Tempo de Penetração, Curva Característica do poço, Especificação de fluídos de perfuração e de limpeza, Nível Estático Dinâmico.

O relatório deverá ser devidamente encadernado em 1 (uma) via, assinado, acompanhado de meio magnético (CD) no formato .pdf/Acrobat. Os mapas e plantas deverão estar em formato DWG ou DGN.

I) A construção e instalação do poço deverá ser feito de acordo com as normas da ABNT (NBR 12212, NBR 12244 e outras) e a Lei Estadual do Espírito Santo nº 6.295,



de 26/07/2000, que dispõe sobre a administração, proteção e conservação das águas subterrâneas do domínio do estado.

J) Elaboração do relatório técnico da perfuração do poço:

J1) Ao final dos serviços deverá ser elaborado e entregue ao SAAE completo Relatório Técnico dos serviços realizados, descrevendo-se a metodologia de execução, compreendendo a perfuração, revestimento, limpeza, desenvolvimento, teste de vazão, bem como apresentação descrição litológica dos sedimentos, ficha de cadastramento do poço, perfil construtivo, análise físico-química e bacteriológica de qualidade da água, incluindo também: nome do proprietário, localização do poço (local, sítio, rua, fazenda, município, estado), coordenadas (UTM) e nome, número de registro profissional e assinatura do profissional habilitado;

J2) O relatório deverá ser devidamente encadernado em 1 (uma) via, assinado, acompanhado de meio magnético (CD) no formato .pdf/Acrobat. Os mapas e plantas deverão estar em formato DWG ou DGN.

K) Elaboração do relatório técnico do teste de vazão do poço:

K1) Deverá ser elaborado e entregue ao SAAE relatório do teste de vazão realizado no poço, no qual deverá estar integrado o cronograma dos ensaios de campo, constando os indicadores hídricos (nível estático, nível dinâmico e vazões correspondentes), data de início e término de cada etapa do ensaio, tempos de rebaixamento e de recuperação (em minutos), descrição dos equipamentos e materiais utilizados, documentação fotográfica dos equipamentos e serviços e metodologia de execução, gráfico dos ensaios de vazão, incluindo a equação, curva característica do poço e vazão recomendadas, incluindo-se também: nome do proprietário, localização do poço (local, sítio, rua, fazenda, município, estado), coordenadas (UTM), nome, número de registro profissional e assinatura do profissional habilitado.

K2) O relatório deverá ser devidamente encadernado em 1 (uma) via, assinado, acompanhado de meio magnético (CD) no formato .pdf/Acrobat. Os mapas e plantas deverão estar em formato DWG ou DGN.

2.7 - O presente contrato não poderá ser objeto de cessão, transferência ou subcontratação pela **CONTRATADA**, sem autorização do **CONTRATANTE** por escrito, sob pena de aplicação de sanção, inclusive rescisão.

2.8 - Para atender a seus interesses, o **CONTRATANTE** reserva-se o direito de alterar quantitativo, sem



que isto implique alteração dos preços unitários ofertados, obedecidos aos limites estabelecidos no § 1º do art. 65 da Lei Federal n.º 8.666/93.

2.9 -A tolerância do **CONTRATANTE** com qualquer atraso ou inadimplemento por parte da **CONTRATADA** não importará, de forma alguma, em alteração contratual, podendo o **CONTRATANTE** exercer seus direitos a qualquer tempo

2.10 - Correrá por conta da **CONTRATADA** qualquer indenização ou reparação por danos causados ao **CONTRATANTE** ou a terceiros por culpa da mesma, seus empregados e/ou representantes, decorrentes dos serviços contratados.

2.11- Toda a documentação apresentada no instrumento convocatório e seus anexos são complementares entre si, de modo que qualquer detalhe que se mencione em um documento e se omita em outro será considerado especificado e válido.

CLÁUSULA TERCEIRA - Da Fiscalização

3.1 - A execução deste contrato será acompanhada por servidor (es) nomeados por meio de portaria, editada pela Administração, nos termos do Artigo 67 da Lei 8.666/93 e alterações, que acompanharão a execução da obra.

3.2 - O **CONTRATANTE** reserva-se o direito de não receber a obra em desacordo com o previsto neste ajuste, podendo rescindi-lo, sem prejuízo das sanções previstas neste contrato.

3.3) Sendo a Contratada a única e exclusiva responsável pelos serviços, o SAAE terá o direito de, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, por meio de representante especialmente designado, na forma dos artigos 67 e 73 da Lei n.º. 8.666/93.

3.4) O representante da Contratante deverá ter experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do Contrato.

3.5) O fiscal ou gestor do Contrato, ao verificar que houve sub-dimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar a autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei n.º. 8.666/93.

3.6) O fiscal ou gestor do Contrato, deverá atestar através dos Termos abaixo descritos, devidamente assinados pela Contratada e pelos respectivos gestores do Contrato:

a)- Termo de Início dos Serviços

b)- Termo de paralisação dos Serviços, devidamente justificado



- c) - Termo de Reinício dos Serviços, devidamente justificado
- d) - Termo de Recebimento Provisório
- e)- Termo de Recebimento Definitivo

3.7) O fiscal ou gestor do Contrato, deverá registrar em Relatório de Ocorrências as irregularidades ou falhas que encontrar nos serviços, nele anotando as observações e notificações cabíveis, assinando-o em conjunto com a Contratada.

3.8) O fiscal ou gestor do Contrato, deverá atestar a execução dos serviços mediante fotografias, que deverão ser juntadas aos Relatórios de Medições

CLÁUSULA QUARTA - Do Preço e da Forma de Pagamento

4.1 - Pela execução da obra, a **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA**, o valor total de R \$ _____ (_____)

4.2 - Os pagamentos serão efetuados, 30(trinta) dias, após a entrega definitiva da obra, por processo legal, após a devida comprovação do fornecimento nas condições exigidas e apresentação dos documentos fiscais devidos.

4.3 - Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados.

4.4 - Nenhum pagamento será efetuado à **CONTRATADA**, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira decorrente de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços.

4.5 - O SAAE procederá a retenção previdenciária nos termos da legislação vigente.

4.6 - A **CONTRATADA** deverá apresentar mensalmente quando da emissão do Boletim de Medição (BM);

a) Fotocópia da GPS, devidamente quitada e autenticada (com o preenchimento do nome, CNPJ/CEI, número, data e valor da nota fiscal ou fatura) referente a todos os empregados da **CONTRATADA** em **█**



atuação na execução do Contrato.

- b) Fotocópia da GFIP - Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e informações à Previdência Social, nos termos da legislação vigente.
- c) Apresentar as Certidões Negativas das Fazendas Municipais, estaduais e Federais, bem como a do FGTS e INSS.

4.7 - A CONTRATADA deverá apresentar documentação de quitação das obrigações trabalhistas dos seus empregados que estiverem envolvidos na prestação dos serviços contratados, no prazo de 10 (dez) dias após encerrado o Contrato.

4.8 - Fica assegurado ao SAAE o direito de deduzir do pagamento devido à CONTRATADA, independente da aplicação de multas, importâncias correspondentes a:

- a) Débitos a que tiver dado causa;
- b) Despesas relativas à correção de eventuais falhas;
- c) Dedução relativa a insumos de sua responsabilidade não fornecidos.

CLÁUSULA QUINTA - Da Dotação Orçamentária

5.1 - A despesa decorrente deste contrato correrá pela dotação orçamentária 00042 - OBRAS E INSTALAÇÕES (2000200010.1760501343.699.44905100000.20000000) exercício de 2016.

CLÁUSULA SEXTA - Da Vigência:

6.1 - O prazo de vigência deste contrato será de 120 meses contado a partir do primeiro dia após a sua publicação.

CLÁUSULA SÉTIMA - Das obrigações das Partes

7.1 - São obrigações das partes:

I - Do CONTRATANTE:

■



- a) Notificar a CONTRATADA, fixando-lhe prazo para corrigir irregularidades observadas na execução da obra.
- b) Não aceitar a obra se não apresentar condições de serem utilizados.
- c) Solicitar que o serviço seja refeito ou troca do material a serem devolvidos mediante comunicação da CONTRATANTE.
- d) Efetuar o pagamento a CONTRATADA, de acordo com os termos constantes neste instrumento contratual.
- e) Informar à CONTRATADA sobre quaisquer alterações de horários e rotinas de serviço.
- f) Proceder a medição dos serviços executados no período compreendido entre o dia 1º (primeiro) e o dia 30 do mês de competência e emitir os respectivos Boletins de Medição, entregando-os à CONTRATADA a partir do 1º (primeiro) dia útil do mês seguinte ao da medição.
- g) Notificar, por escrito, à CONTRATADA, da aplicação de eventuais multas, de notas de débitos e da suspensão da prestação de serviços.

II - Da CONTRATADA:

- a) Promover a execução da obra nas condições fixadas na Cláusula Primeira, obedecendo rigorosamente o prazo ajustado neste contrato, sob pena de rescisão contratual e conseqüente ressarcimento por perdas e danos.
- b) Responsabilizar-se pela obra e material, se obrigando a trocá-los, caso se comprove a má qualidade, sem nenhum ônus para o **CONTRATANTE**.
- c) Observar, rigorosamente, o prazo de validade de uso do material fornecido.
- d) Responsabilizar-se por extravios do material antes da entrega, obrigando-se a substituir, repor ou indenizar o **CONTRATANTE**.
- e) Substituir, de imediato, às suas expensas, o objeto do contrato que não se adequar às especificações constantes deste contrato, no prazo a ser determinado pelo **CONTRATANTE**.



- f) Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo SAAE quanto à obra, a teor do art. 69 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.
- g) Responsabilizar-se penal e civilmente por prejuízo ou dano causado na execução da obra ao **CONTRATANTE**, aos seus funcionários ou a terceiros, por força do art. 70 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.
- h) Responder pelos danos causados diretamente à **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, durante a obra, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento pelo **CONTRATANTE**.
- i) Responder, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes do fornecimento do material, tais como: salários, seguros de acidente, taxas, impostos e contribuições, indenizações, vales-refeição, vales-transporte e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Governo.
- j) Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.
- k) Assumir todos os encargos de demanda trabalhista, civis ou penais, relacionadas a obra.
- l) Respeitar as normas e procedimentos de controle e acesso às dependências do **CONTRATANTE**.
- m) Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação, qualificação e demais exigências do Edital, devendo comunicar à **CONTRATANTE**, imediatamente, qualquer fato superveniente que possa comprometer a manutenção do contrato.
- n) Facilitar a ação da fiscalização, fornecendo informações ou provendo acesso à documentação e aos serviços em execução e atendendo prontamente às observações e exigências por ela apresentadas.
- o) Manter à frente dos serviços um representante credenciado por escrito, por tempo integral, capaz de responsabilizar-se pela direção dos serviços contratados e representá-la perante ao SAAE.
- p) Acompanhar as medições dos serviços procedidas ao SAAE, assinando os Boletins de Medição ou oferecendo, de imediato, as impugnações que julgar necessárias.
- q) Obedecer às determinações legais ou emanadas das autoridades constituídas, sendo a única responsável pelas providências necessárias e pelos efeitos decorrentes de eventuais inobservâncias delas.
- r) Quanto a pessoal:
- r1) Responder pela supervisão, direção técnica e administrativa e mão-de-obra necessárias à execução dos serviços contratados, como única e exclusiva empregadora;
 - r2) A CONTRATADA se compromete a não utilizar, em todas as atividades relacionadas



da República, bem como exigir que a referida medida seja adotada nos contratos firmados com fornecedores de seus insumos e/ou prestadores de serviços, sob pena de rescisão do contrato.

r3) A CONTRATADA se obriga, sempre que solicitado pelo SAAE, a emitir declaração, por escrito, de que cumpriu ou vem cumprindo a exigência contida no item anterior.

r4) Providenciar a retirada imediata de qualquer empregado seu, cuja permanência no local dos serviços seja considerada indesejável pela Fiscalização, sem ônus para o SAAE.

r5) A CONTRATADA deverá apresentar, sempre que solicitada, a documentação relativa à comprovação do adimplemento de suas obrigações trabalhistas, inclusive contribuições previdenciárias e depósitos do FGTS, para com seus empregados.

s) Quanto à segurança e higiene: Manter os seus empregados uniformizados, identificados pelo nome ou logotipo da CONTRATADA estampado no uniforme e utilizando os equipamentos de proteção individual, quando couber.

t) A CONTRATADA deverá atender a todas as exigências da CONTRATANTE quanto ao cumprimento da legislação pertinente;

CLÁUSULA OITAVA - Reajustamento de Preços

8.1 - O Contrato poderá sofrer reajuste a cada 12 meses de sua execução utilizando-se para tanto o IGP-M/FGV ou outro índice equivalente.

CLÁUSULA NONA - Fiscalização

9.1 - A Fiscalização será exercida pelo servidor nomeado por meio de portaria editada pela administração, encarregado de verificar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, visando assegurar que os serviços sejam executados atendendo ao estipulado pelo presente Contrato, podendo, inclusive:

a) Recusar ou sustar qualquer serviço executado em desacordo com este Contrato ou que atente contra a segurança do pessoal ou bens do SAAE ou de terceiros.

b) Cabe à fiscalização registrar no Relatório de Ocorrências (RDO) as irregularidades ou falhas que encontrar na execução dos serviços, nele anotando as observações ou notificações cabíveis, assinando-o em conjunto com o representante da CONTRATADA.

c) A ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização não exime a CONTRATADA da total responsabilidade pela execução dos serviços contratos.

d) Quando atendidos os termos deste Contrato, o exercício da fiscalização, pelo SAAE, não importará em abuso de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA - Das Sanções

10.1 - A inexecução total ou parcial desta Tomada de Preços e eventuais atrasos importará na aplicação das sanções estabelecidas nos termos do artigo 87, da Lei 8666/93 e suas alterações:

a) Advertência;

b) Multa de 20% pelo descumprimento das cláusulas contratuais, calculado sobre o valor total do Contrato;



- c) Suspensão para contratar com a Administração;
- d) Declaração de inidoneidade para contratar com toda a Administração.

10.2 - Multas referente as letras "b" do item anterior, será descontada na nota fiscal fatura, quando do pagamento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Da Rescisão

11.1 - O contrato poderá ser rescindido nas hipóteses e condições previstas na legislação pertinente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - Das Disposições Gerais

12.1 - O presente contrato será vinculado aos termos do Edital e Anexo I - Projeto Básico da Tomada de Preços nº 000008/2016;

12.2 - O presente instrumento contratual, reger-se-á pela Lei 8.666/93 e suas alterações, assim como pelas condições estabelecidas no edital de TOMADA DE PREÇOS Nº **000008/2016**, inclusive nos casos omissos;

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - Da Publicação

13.1 - O extrato do presente contrato será publicado no Diário Oficial do Estado, por conta do **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - Do Foro

14.1 - Fica eleito o foro da comarca de São Mateus - ES, para solucionar quaisquer dúvidas quanto à execução do presente contrato.

E, por estarem justas, as partes firmam o presente instrumento em 3 vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

São Mateus - ES, ____ de _____ de 2016.



SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
Autarquia Municipal - Lei de criação N° 792 de 30-03-1967
CNPJ: 27.998.368/0001-47 e IE 082.176.73-6

CONTRATANTE

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:





SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
Autarquia Municipal - Lei de criação N° 792 de 30-03-1967
CNPJ: 27.998.368/0001-47 e IE 082.176.73-6

ANEXO VI

ANEXO VI

TOMADA DE PREÇOS Nº 000008/2016

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO ÀS OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

Eu, _____ (NOME COMPLETO), representante legal da Empresa _____ (NOME DA EMPRESA), declaro, sob as penas da Lei, que os funcionários envolvidos na prestação de serviços, objeto do Contrato nº _____ foram devidamente remunerados conforme estabelecido na CTPS, bem como que foram cumpridas todas as obrigações trabalhistas estabelecidas na Convenção Coletiva da Categoria e na legislação trabalhista nacional.

Declaro, ainda, que neste mês de (INDICAR O MÊS), não há nenhum funcionário, envolvido na prestação de serviços, em aviso prévio (se houver, indicar), demitido por justa causa/sem justa causa (se houver, indicar, listando, inclusive, os valores pagos a título de rescisão contratual e juntar comprovantes de depósito) ou que pediu rescisão do contrato de trabalho (se houver, indicar, listando, inclusive, os valores pagos a título de rescisão contratual e juntar comprovantes de depósito).

Por fim certificamos que cumprimos todos os termos do TAC em anexo.

São Mateus, ____ de _____ de 2016.

REPRESENTANTE LEGAL
NOME DA EMPRESA



SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
Autarquia Municipal - Lei de criação N° 792 de 30-03-1967
CNPJ: 27.998.368/0001-47 e IE 082.176.73-6

ANEXO VII - CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO



SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
Autarquia Municipal - Lei de criação N° 792 de 30-03-1967
CNPJ: 27.998.368/0001-47 e IE 082.176.73-6

ANEXO VII - CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO



SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
Autarquia Municipal - Lei de criação N° 792 de 30-03-1967
CNPJ: 27.998.368/0001-47 e IE 082.176.73-6

ANEXO VIII - RECIBO DE EDITAL

RECIBO DE EDITAL DE LICITAÇÃO

Confirmamos o recebimento do Edital de Tomada de Preços nº 000008/ 2016, referente à contratação de empresa especializada, sob o regime de empreitada, com material e mão-de-obra, destinada a perfuração de 01 (um) poço artesiano na localidade da Paulista na cidade de São Mateus.

Empresa:

Nome:

Data:

Horário:

.....
Assinatura

Cargo



SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
Autarquia Municipal - Lei de criação N° 792 de 30-03-1967
CNPJ: 27.998.368/0001-47 e IE 082.176.73-6

ANEXO IX - PLANILHA DE CUSTO



SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
Autarquia Municipal - Lei de criação N° 792 de 30-03-1967
CNPJ: 27.998.368/0001-47 e IE 082.176.73-6

ANEXO IX - PLANILHA DE CUSTO